



## **Sem anistia para golpistas: diálogos sobre subalternidades**

### **No Amnesty for Coup Plotters: Dialogues on Subalternities**

**Carla Cristina Pompeu<sup>[1]</sup> • Elenilton Vieira Godoy<sup>[2]</sup>**

#### **1. Preâmbulo**

Prezadas pessoas leitoras, o texto que vocês lerão na sequência é um diálogo entre um professor e uma professora da área de Educação Matemática que dividem sala no Departamento de Matemática da Universidade Federal do Paraná. O diálogo foi movimentado, principalmente, a partir da pergunta “O que faz de nossas pesquisas subalternas?” Em meio a encontros e conversas, nos propusemos a refletir sobre nossos próprios caminhos como pesquisadores e de que modo nos reconhecemos como pesquisadores subalternos. A partir de uma breve apresentação sobre a criação do GT 50, nos indagamos sobre o que seriam estudos subalternos e de que modo nossas pesquisas promovem caminhos de interlocução e de desinvisibilização de sujeitos, currículos, matemáticas subalternizados. Iniciamos as conversas na semana do dia 15 de setembro e finalizamos, a primeira versão, no domingo 22 de setembro, dia das manifestações contra a Anistia e a PEC da Blindagem. O título foi inspirado no grito que ecoou nas ruas. É fato que “Ei Bolsonaro, vai (...)” era o nosso título preferido, mas nos contentamos com a prisão dele. Golpistas, fascistas, ... não passarão.

#### **2. E assim começou a prosa**

Bom dia, Carla. Espero que esteja tudo bem por aí, sempre na medida do possível, seja qual for a unidade de medida do possível conveniente. Antes de responder às perguntas “O que faz de nossas pesquisas subalternas?” e “Quais são nossos estranhamentos em relação à norma vigente no âmbito da formação docente, ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as causas sociais subalternas?”, eu gostaria de contar a minha versão da história, que nunca será única, sobre como a ideia do Grupo Subalternidades e, por consequência, do evento surgiram. Trarei o que a minha memória guardou, memória essa que anda falhando ultimamente. Não sei se



pelo estresse do ritmo de vida que me impus, pela idade que avança, pela covid-19 que achei não ter pegado,...

O mês, novembro, o ano, 2024, a cidade, Montes Claros. Um grupo de pessoas pesquisadoras da educação matemática com foco em problematizar, tensionar o campo se reúne para participar do 60. Fórum Nacional sobre Currículos de Matemática. Entre um copo de cerveja aqui, algumas risadas ali, na recepção do hotel onde o grupo se hospedava, surge a ideia de criar um novo Grupo de Trabalho (GT), num primeiro momento institucionalizado, mas depois não mais. Algo curioso para contar refere-se ao fato de que o próximo número para o GT seria o 17. Por motivos mais do que elementares, o grupo de pessoas refutou e optamos pelo número 50, afinal de contas psol neles e nelas... Criamos um grupo no WhatsApp denominado Subalternies e começamos a conversar. Inicialmente, estávamos muito eufóricos, porém, com o atropelo de atividades, que nos imputamos de modo consciente ou não, a euforia foi diminuindo, mas sempre alguém trazia algo para que o grupo se lembrasse de o porquê ele foi pensado e foi em um desses lembretes que Carolina Tamayo e Agnaldo Esquinca desenharam o evento. Obrigado Agnaldo e Carol.

Sei que contei, trouxe bem poucos elementos para explicar de onde surgiu a ideia, mas, em síntese, o que mais nos aproxima é a possibilidade de tensionar e problematizar a educação matemática com todo respeito ao trabalho desenvolvido por outras pessoas pesquisadoras que pensam diferente de nós. Afinal, não buscamos o consenso, nem mesmo no grupo que constituímos. Nada de formar mais uma igreja, a saber, a "Igreja do 50º dia da Subalternidades". Desejamos, simplesmente, conversar sobre subalternidades e educação matemática, uma conserva sempre complicada, pois envolve pessoas humanas.

O que achou de tudo isso, ou melhor, de apenas isso que trouxe?

Que belo relato! Entendo que mais do que evidenciar o que o grupo têm pesquisado vocês buscaram, com a criação deste GT, anunciar estudos subalternizados no campo de pesquisa da Educação Matemática. Seria isso? Mas se os trabalhos dos integrantes do GT têm tido destaque na área em questão, quais os motivos os tornam estudos subalternizados? No



caso, são estudos que tratam de temáticas subalternizadas? Mas em que sentido? São subalternas por se tratarem de modalidades de ensino secundarizadas no campo das políticas públicas ou por se tratar de sujeitos invisibilizados por práticas pedagógicas e políticas curriculares? Ou por ainda reconhecermos a Matemática e a própria Educação Matemática como campo de poder que tem sido pouco acessível quando nos propomos a problematizar sobre esses sujeitos/territórios/discursos? Me pergunto se estamos falando por eles e elas ou com eles e elas em nossas pesquisas.

Muitas e boas perguntas, Carla. Preciso pensar um pouco mais sobre elas, mas de antemão, eu compreendo (e talvez o grupo também) que pesquisas relacionadas a gênero(s), sexualidade(s), raça, etnia, ... com pessoas historicamente marginalizadas, com povos tradicionais (desde que não para validar, por meio da etnomatemática eurocentrada, que as suas práticas socioculturais possuem rigor, coerência, coesão,..) podem ser incluídas como subalternas. Não estou afirmando que todas as pesquisas que envolvem as temáticas mencionadas acima são subalternas e nem que outras, que não envolvem tais temáticas não são, mas o que nos aproxima, nos faz acreditar que somos subalternies, têm relação forte com as nossas pesquisas, mas também com os nossos corpos, nossas identidades, nossos modos de ser e estar neste tempo-espço. Filosofia, sempre boa, de boteco que, por sinal, é o lugar que me (talvez nos) inspira.

Minha tentativa de resposta foi mais geral, não focou em nenhuma pergunta em específico, mas considero que possibilita ter ideia do que penso (talvez pensamos) sobre a subalternidade.

Considero que as nossas pesquisas e os modos como nos posicionamos frente aos eficientes sistemas de opressão, como experienciamos a nossa (re)existência neste espaço-tempo nos tornam também ativistas, intelectuais ativistas. Sendo assim, uma pesquisa ativista, militante também não seria subalterna? Conversar sobre gênero(s), sexualidade(s), raça, etnia, ... num curso de matemática também não seria um modo de se colocar em subalternidade?

Sei que não respondi, diretamente, as boas perguntas, mas bora lá.



### 3. Encontros leves e risadas

Bom dia, Carla. Foi muito bom o nosso encontro ontem. Encontros leves, com muitas risadas, mesmo tomando cerveja sem álcool, aquece a alma. Obrigado pelo convite.

Fui embora pensando na questão “Mas se os trabalhos dos integrantes do GT têm tido destaque na área em questão, quais os motivos os tornam estudos subalternizados?” e queria, sempre com muito respeito, discordar que somos pessoas de destaque na área. O Marcio sempre dizia da dificuldade de conseguirmos aprovação de nossos projetos, principalmente, nos editais de bolsa produtividade. Nossas pesquisas estavam, tentarei me justificar mais para frente, num não-lugar (entrelugar me (nos) agradaria mais). Não nos preocupamos com conteúdos per se e ainda trabalhamos com temáticas que a nossa formação inicial e a disciplina escolar matemática ignoram. É como se aquilo que pesquisássemos não fosse pesquisa, não afetasse as salas de aulas da educação básica, do ensino superior e da pós-graduação. Sei que mencionei a importância de não procurarmos consenso, da importância de perspectivas distintas (excetuando-se aqui, perspectivas fascistas, nazistas, ...), mas algo que também nos motivou a criar um novo GT foi a dificuldade de interlocução em nossos GT's de origens. Não há equilíbrio, discussão que nos possibilita pensar sobre o que estamos fazendo, mas sim quase uma sabotagem velada. Não há debate teórico, controvérsias,... Sentimos falta disto, de expor nossas ideias e ter pessoas que possam contrapô-las, não por desacreditarem, ridicularizá-las, logo só pré-conceito (ou preconceito mesmo), mas que acolham as ideias e possam nos ajudar a avançar com elas.

Quando nos propusemos a escrever sobre subalternidades na tentativa de refletir se o que fazemos no campo da pesquisa em Educação Matemática poderíamos “classificar” como pesquisas subalternas me pus questionar - minhas pesquisas sobre Educação Matemática com pessoas jovens, adultas e idosas são estudos subalternos? Em que medida? Apenas pelo fato de ter como foco de pesquisa uma modalidade de ensino de pouca relevância nas políticas públicas nacionais? Rememorando nosso encontro de ontem, retomo aqui um fato que me coloca a questionar sobre o que realmente seriam os estudos subalternos:



Ontem comentávamos sobre uma colega, mãe de um bebê de 9 meses, que tem assiduamente levado seu filho ao trabalho. Comentei sobre o meu desconforto em vê-la com o bebê tão pequeno, passando horas a fio em uma sala pequena da universidade, sabendo da possibilidade de que ela poderia trabalhar em casa para que ela e o filho pudessem estar mais confortáveis. Minha indignação foi perceber que outros colegas não se sentem desconfortáveis com a situação da mãe com seu filho, pessoas que desenvolvem pesquisas sobre gênero, por exemplo, que não se sentem desconfortáveis quando uma mãe se vê de algum modo obrigada a levar um filho pequeno para o trabalho, mas outros colegas homens, por exemplo, se vêm autorizados a estar na universidade um dia por semana. Fico me perguntando de que modo as nossas pesquisas nos atravessam a ponto de não enxergarmos relações de desigualdade entre gêneros, neste caso específico, em nosso próprio local de trabalho, a ponto de naturalizarmos a ida de uma mãe à universidade com uma criança de apenas 9 meses? Para quê desenvolvemos pesquisas sobre gênero se não conseguimos nos sensibilizar com esses contratos ocultos de autorização entre diferentes colegas?

Neste caminho, questiono se, quando desenvolvo pesquisas sobre Educação com Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI), dou a oportunidade de que os sujeitos subalternos falem, como indica Spivak (2010). Será que meus estudos têm desinvisibilizado os sujeitos e seus desejos/anseios? Atualmente ocupando lugares de privilégios, no caso pesquisadores em universidades públicas brasileiras, ainda que seja importante reconhecer que já estivemos em lugares de subalternidades, por qual motivo nos autorizamos a falar *pelos* subalternos? Será que nossas pesquisas nos fazem apenas interlocutores de subalternidades ou de nos manifestarmos com estes sujeitos? Quando nos propomos a investigar sobre temáticas secundarizadas na academia, estamos apenas produzindo dados sobre temáticas marginais ou reconhecemos que estes temas nos transformam e nos responsabilizam continuamente? Como essas questões te atravessam?

Bom dia, Carla. Espero que o sábado com Sol em Curitiba tenha sido bem proveitoso. Por aqui, eu passei o dia lendo Patricia Hill Collins e cochilando por conta do anti-inflamatório que dá um sono gostoso...



E lendo Patricia Hill Collins, mais especificamente, “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” de 2022, num trecho do livro ela menciona o privilégio que algumas pessoas pesquisadoras têm por trabalhar, “pertencer a comunidades investigativas privilegiadas”, concedendo “um considerável poder epistêmico às pessoas que as integram”. (p. 184). Trago o excerto para colocar mais lúpulo no preparo da cerveja, para tensionar o lugar que ocupamos e se nossas pesquisas são, efetivamente, subalternas. Trabalhamos com grupos historicamente subordinados, mas será que nossas pesquisas fissuram o poder epistêmico? Será que elas ajudam mulheres, pessoas negras e grupos similarmente subordinados na luta por suas “reivindicações políticas” que dizem respeito, sobremaneira, “as experiências vivenciadas por pessoas cujas identidades são negativas” (p. 195-196)? Ou como a própria Patricia Hill Collins questiona “(...) o privilégio é sedutor. Como tais intelectuais que trabalham em comunidades teóricas homogêneas podem desenvolver ideias inovadoras conversando apenas entre si?” (p. 189) é uma pergunta que tenho me feito faz algum tempo, principalmente quando não percebemos, nos indignamos com o fato da colega ir ao trabalho com o seu bebê de 9 meses e o acontecimento passar ileso a questionamentos. Lembrei-me da fala do professor José Geraldo de Sousa Junior da UNB quando ele, na CPI do MST em 2023, explica à deputada Caroline de Toni (PL-SC), que “a sua visão de mundo, a sua percepção como cosmovisão, só lhe permite enxergar o que a senhora já tem escrito na sua cognição. A senhora vai ver não é o que existe, mas é o que senhora recorta da realidade. A realidade é recortada por um processo cognitivo de historialização.” Em síntese, é sobre isso...

A pergunta que nos movimentou na escrita deste resumo expandido não foi respondida, porém abriu portas e janelas da nossa gaiola epistêmica-pedagógica-metodológica. Que possamos sair dela ou, ao menos, olhar para fora, escutar vozes, desenvolver cognição que nos permita enxergar, perceber as nossas pesquisas como um elemento, dentre tantos outros, da ação social criativa em prol de combater os eficientes sistemas de opressão que atingem as pessoas de grupos historicamente marginalizados. A luta é todo dia (Emicida, 2019).

***Palavras-chave:* Subalternidades. Diálogos sobre Educação Matemática. Estudos Subalternos.**

## **Referências**



BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. *Depoimento de José Geraldo de Sousa Junior, professor da Universidade de Brasília, em 14 jun. 2023*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/14/reforma-agraria-e-caminho-para-superar-violencia-no-campo-defende-jurista-na-cpi-do-mst>. Acesso em: 23 set. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Tradução Bruna Barros e Jess Oliveira; orelha: Elaini Cristina Gonzaga da Silva. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

EMICIDA. *AmarElo*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. CD / download digital.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

---

[1] Universidade Federal do Paraná • Curitiba, PR — Brasil • [carla.pompeu@ufpr.br](mailto:carla.pompeu@ufpr.br) • <https://orcid.org/0000-0001-9868-9624>

[2] Universidade Federal do Paraná • Curitiba, PR — Brasil • [elenilton@ufpr.br](mailto:elenilton@ufpr.br) • <https://orcid.org/0000-0001-8081-5813>